

**BMW Financeira S.A. – Crédito,
Financiamento e Investimento**

**Demonstrações contábeis do
Conglomerado Prudencial em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Acionistas e Administradores da
BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 30 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) descritos na nota explicativa nº2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

A BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 22 de março de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução n 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as

decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais – Auditoria de Demonstrações contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

São Paulo, 29 de março de 2019
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Luciana Liberal Samia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da BMW Financeira S.A. – CFI submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018. As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial compreendem a consolidação e/ou combinação das seguintes entidades:

- BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
- BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil
- BMW Acquisitions Ltda.

Ativos Totais

Os ativos totais atingiram, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 1.770.954 mil (R\$ 1.619.516 mil em 31 de dezembro de 2017).

Operações de Crédito

A BMW Financeira S.A. - CFI desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito de forma a garantir que as provisões sejam estabelecidas de forma adequada ao grau de risco dos clientes. Além disso, monitora de forma recorrente, os valores de garantias contratuais e o comportamento dos contratos em carteira.

A carteira de Operações de Crédito atingiu o montante de R\$ 1.583.007 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.534.627 mil em 31 de dezembro de 2017).

As Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa atingiram o montante de R\$ 33.792 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 68.638 mil em 31 de dezembro de 2017).

Operações de Arrendamento Mercantil

A BMW Leasing do Brasil S.A. - AM desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito de forma a garantir que as provisões sejam estabelecidas de forma adequada ao grau de risco dos clientes. Além disso, monitora de forma recorrente, os valores de garantias contratuais e o comportamento dos contratos em carteira.

A carteira de Arrendamento Mercantil atingiu o montante de R\$ 1.169 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 2.463 mil em 31 de dezembro de 2017).

As Provisões para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa atingiram o montante de R\$ 28 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 185 mil em 31 de dezembro de 2017).

Patrimônio Líquido e Resultado

O Patrimônio Líquido total atingiu, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 371.891 mil (R\$ 323.481 mil em 31 de dezembro de 2017).

O conglomerado prudencial da BMW Financeira S.A. – CFI encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2018 com lucro de R\$ 48.623 mil (R\$ 26.020 mil em 31 de dezembro de 2017).

O lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 decorre, basicamente, da diminuição das despesas com Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa e das despesas de intermediação financeira.

Remuneração dos Acionistas

Aos acionistas da BMW Financeira S.A. - CFI e da BMW Leasing do Brasil S.A. - AM está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela BMW Financeira S.A. – CFI.

Aos acionistas da BMW Acquisitions Ltda., a Instituição poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período, podendo eventual lucro, por deliberação dos sócios, ser distribuído aos sócios ou capitalizado.

A Administração

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
 BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
 EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE	1.223.509	1.132.046	CIRCULANTE	895.755	1.084.395
Disponibilidades	19.141	19.341	Depósitos	17.031	221.794
Aplicações interfinanceiras de liquidez	105.894	19.410	Depósitos interfinanceiros	-	113.415
Aplicações interfinanceiras de liquidez	105.894	19.410	Depósitos a prazo	17.031	108.379
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	38.902	28.890	Obrigações por empréstimos	849.621	839.308
Instrumentos financeiros derivativos	38.902	28.890	Empréstimos no exterior	849.621	839.308
Operações de crédito	1.034.532	1.014.424	Instrumentos financeiros derivativos	4.317	1.499
Financiamentos - setor privado	1.058.151	1.070.813	Instrumentos financeiros derivativos	4.317	1.499
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.619)	(56.389)	Outras obrigações	24.786	21.794
Operações de arrendamento mercantil	(16)	(94)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.879	2.117
Arrendamentos a receber - Setor privado	279	466	Sociais e estatutárias	462	247
(-) Rendas a apropriar - Arrendamento mercantil	(278)	(462)	Provisão para imposto de renda diferido	396	375
(-) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(17)	(98)	Fiscais e previdenciárias	3.359	4.097
Outros créditos	25.056	50.047	Credores por antecipação de valor residual	2.361	2.999
Diversos	25.056	50.047	Diversas	16.329	11.959
Outros valores e bens	-	28			
Despesas antecipadas	-	28			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	541.448	478.251	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	492.545	192.565
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.111	4.969	Obrigações por empréstimos	468.523	183.609
Instrumentos financeiros derivativos	2.111	4.969	Empréstimos no exterior	468.523	183.609
Operações de crédito	514.683	451.565	Instrumentos financeiros derivativos	14.701	320
Financiamentos - setor privado	524.856	463.814	Instrumentos financeiros derivativos	14.701	320
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.173)	(12.249)	Outras obrigações	9.321	8.636
Operações de arrendamento mercantil	(10)	(83)	Provisão para imposto de renda diferido	257	481
Arrendamentos a receber - Setor privado	181	416	Credores por antecipação de valor residual	1.533	2.675
(-) Rendas a apropriar - Arrendamento mercantil	(180)	(412)	Diversas	7.531	5.480
(-) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(11)	(87)			
Outros créditos	24.664	21.800	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	10.763	19.075
Diversos	24.664	21.800	Resultados de exercícios futuros	10.763	19.075
PERMANENTE	5.997	9.219	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	371.891	323.481
Imobilizado de uso	707	985	Capital social	204.296	204.296
Outras imobilizações de uso	2.228	2.135	De domiciliados no Exterior	204.296	204.296
Depreciações acumuladas	(1.521)	(1.150)	Reserva de lucros	118.813	71.877
Imobilizado de arrendamento	5.081	8.154	Reservas de lucros	118.813	71.877
Bens arrendados	4.927	7.938	Participação de não controladores	48.782	47.308
(-) Depreciações acumuladas e superveniência de depreciação	154	216	Participação de não controladores	48.782	47.308
Intangível	209	80			
Ativos intangíveis e amotizações acumuladas	209	80			
TOTAL DO ATIVO	1.770.954	1.619.516	TOTAL DO PASSIVO	1.770.954	1.619.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	2018	2018	2017
	2o Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	53.294	269.135	316.422
Operações de crédito	111.723	228.342	262.449
Operações de Arrendamento Mercantil	808	1.869	3.117
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3.382	6.239	4.934
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(62.619)	32.685	45.922
DES P E S A S DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	203	(100.459)	(197.257)
Operações de captação no mercado	(477)	(6.539)	(58.135)
Operações de empréstimos e repasses	11.808	(113.478)	(114.420)
Operações de Arrendamento Mercantil	(674)	(1.520)	(2.392)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(10.454)	21.078	(22.310)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	53.497	168.676	119.165
OUTRAS RECEITAS/DES P E S A S OPERACIONAIS	(37.920)	(70.998)	(71.435)
Receitas de prestação de serviços	-	-	616
Rendas de tarifas bancárias	3.510	6.846	6.676
Despesas de pessoal	(9.368)	(19.689)	(20.503)
Outras despesas administrativas	(13.583)	(23.455)	(24.619)
Despesas tributárias	(3.396)	(5.224)	(8.192)
Outras receitas operacionais	1.032	1.584	4.851
Outras despesas operacionais	(16.115)	(31.060)	(30.264)
RESULTADO OPERACIONAL	15.577	97.678	47.730
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	15.577	97.678	47.730
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(9.133)	(49.053)	(21.710)
Provisão para imposto de renda	(8.071)	(17.659)	(19.819)
Provisão para contribuição social	(6.468)	(14.168)	(15.953)
Ativo fiscal diferido	5.406	(17.226)	14.062
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6.444	48.625	26.020
Resultado atribuído para o controlador:	5.857	47.165	23.084
Resultado atribuído para o não controlador	587	1.460	2.936
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO - EM R\$	0,043	0,327	0,175

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
 EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de Lucros		Lucros/(Prejuízos) acumulados	Participação de Não Controladores	Total
		Reserva legal	Reservas especiais de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	204.296	3.794	45.218	-	44.363	297.671
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.020	-	26.020
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	1.302	-	(1.302)	-	-
Dividendos	-	-	37	(247)	-	(210)
Participação de não controladores	-	(147)	21.673	(24.471)	2.945	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	204.296	4.949	66.928	-	47.308	323.481
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	1.155	21.710	-	2.945	25.810
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	204.296	4.949	66.928	-	47.308	323.481
Lucro líquido do exercício	-	-	-	48.625	-	48.625
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	2.431	-	(2.431)	-	-
Dividendos	-	-	247	(462)	-	(215)
Participação de não controladores	-	(73)	44.331	(45.732)	1.474	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	204.296	7.307	111.506	-	48.782	371.891
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	2.358	44.578	-	1.474	48.410
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	204.296	7.014	66.928	39.243	48.181	365.662
Lucro líquido do semestre	-	-	-	6.444	-	6.444
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	322	-	(322)	-	-
Dividendos	-	-	247	(462)	-	(215)
Participação de não controladores	-	(29)	44.331	(44.903)	601	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	204.296	7.307	111.506	-	48.782	371.891
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	293	44.578	(39.243)	601	6.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
EXERCÍCIOS E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

	2o Semestre	Exercício	Exercício
	2018	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/(prejuízo) líquido do semestre/exercício	6.444	48.625	26.020
Ajustes ao lucro/(prejuízo) líquido	(5.164)	112.849	125.277
Provisão para crédito/arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	10.454	(21.078)	22.310
Impostos diferidos	(5.406)	17.226	(14.062)
Depreciações e amortizações	873	1.916	2.761
Obrigações por empréstimos no exterior	(11.808)	113.478	114.420
Superveniência de depreciação	454	814	1.189
Provisão para contingências	269	493	(1.341)
Variações Patrimoniais	(23.670)	(74.943)	(129.010)
(Aumento) Redução em imobilizado de arrendamento mercantil	479	735	(1.570)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	84.334	(7.155)	(30.595)
(Aumento) Redução em operações de créditos	(246.181)	(62.304)	(28.174)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	8	6	(37)
(Aumento) Redução em outros créditos	5.899	4.903	(358)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	220	28	163
Aumento (Redução) em depósitos	10.454	(204.763)	(545.126)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	100.095	181.748	511.892
Aumento (Redução) em instrumentos financeiros derivativos	19.018	17.199	(40.453)
Aumento (Redução) em outras obrigações	5.934	2.971	(171)
Aumento (Redução) em resultado de exercícios futuros	(3.930)	(8.311)	5.419
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	(22.390)	86.531	22.287
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado de uso	(94)	(94)	(272)
Intangível	(153)	(153)	(65)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimentos	(247)	(247)	(337)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(22.637)	86.284	21.950
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	147.672	38.751	16.801
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	125.035	125.035	38.751
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(22.637)	86.284	21.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2018 E 2017**
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, “Instituição”, tem por objetivo principal atender aos clientes na realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, nas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e “Floorplan”.

“Floorplan” é um produto financeiro de curto prazo que tem como objetivo o financiamento de estoque de veículos da rede de concessionárias BMW.

A BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, “Sociedade”, concentra suas atividades no arrendamento mercantil de consumidores finais de veículos e motos, na modalidade de Leasing Financeiro.

A BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil é controlada pela BMW Acquisitions Ltda., que detém, 99,99% de suas ações ordinárias nominativas.

A BMW Acquisitions Ltda. tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista.

As operações das empresas são conduzidas no contexto de um Conglomerado que atua integralmente no mercado financeiro nacional. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos relativos à estrutura operacional e administrativa comuns são absorvidos em conjunto ou individualmente.

As operações também são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo BMW, inclusive a BMW do Brasil Ltda., as quais atuam de forma integrada no mercado. As demonstrações financeiras consolidadas – conglomerado prudencial devem ser analisadas nesse contexto.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN).

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial.

O art. 1º da Resolução CMN nº 4.280/2013 determina que na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos às entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV)

instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial compreendem a consolidação e/ou combinação das seguintes entidades:

- BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
- BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil
- BMW Acquisitions Ltda.

As demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial foram aprovadas em 29 de março de 2019.

3 Principais práticas contábeis

a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e valores recebidos referentes aos pagamentos de parcelas e liquidações de contratos que são disponibilizados no 1º dia útil do mês subsequente e, aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor e prazo inferior a 90 dias.

c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição somente realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (“hedge”) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- i. Hedge de risco de mercado** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de “hedge”, tem seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e

- ii. Hedge de fluxo de caixa** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria tem seus ajustes a valor de mercado registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de “hedge” tem seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

e) Hedge

No momento da designação inicial do hedge, a instituição formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge, considerando métodos de cálculo convencionais. A instituição faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto e hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80-125 por cento.

O item objeto de hedge também é ajustado a mercado produzindo efeitos em despesas com empréstimos e repasses, quando o ajuste for negativo ou, outras receitas operacionais em caso de inversão de saldo.

f) Operações de arrendamento

As operações de arrendamento a receber são demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e são apropriadas a rendas efetivas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamento mercantil foi calculado em conformidade com os critérios do Banco Central do Brasil (BACEN), com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno dos contratos, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

g) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (PCLD)

As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável.

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são

classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

h) Imobilizado de uso e intangível

Até dezembro de 2016, o imobilizado foi registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual BMW Serviços Financeiros espera utilizar o ativo.

i) Imobilizado de arrendamento

Está registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, e ajustado pela superveniência/insuficiência de depreciação.

A depreciação é calculada às taxas permitidas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, conforme critérios estabelecidos pela Portaria MF nº. 140/84, quando aplicável.

O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual, em favor do arrendador.

O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto do arrendamento.

j) Resultado de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

k) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores captados, conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 20%, considerando para fins de apuração das bases de cálculo a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Os valores registrados no ativo, na rubrica “Outros créditos - créditos tributários”, foram constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais (Vide nota explicativa nº 11).

Os ativos e passivos fiscais diferidos foram constituídos à alíquota de 25% e 15% para provisão para devedores duvidosos, marcação a mercado em operações com derivativos (SWAP) e outras provisões operacionais, estando registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/02, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/06.

De acordo com o artigo 1º da Lei 13.169, a alíquota de 20%, aplicável à Contribuição Social, estaria vigente até 31 de dezembro de 2018, motivo pelo qual o crédito tributário sobre diferenças temporárias foi constituído pela a alíquota de 15%.

m) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – Conglomerado Prudencial de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões e avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

As instituições que compõe o Conglomerado Prudencial revisam as estimativas e premissas, pelo menos, trimestralmente, exceto para a realização do crédito tributário que é revisado semestralmente.

n) Contingências

Para a constituição de provisão para passivos contingentes, adota-se critério de classificação das contingências em remotas, possíveis e prováveis, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN no. 3.823/09.

A possibilidade de ocorrência de perda é calculada por avaliação jurídica e a constituição se dá pelo valor das contingências classificadas como prováveis e/ou obrigações legais, dispensando o provisionamento das contingências classificadas como possíveis e remotas.

o) Lucro líquido por ação

É calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Disponibilidades - Caixa	19.141	19.341
Aplicações interfinanceiras de liquidez	105.894	19.410
Total	125.035	38.751

a. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

	2o.Sem.18	2018	2017
Rendas com aplicações em depósitos interfinanceiros	3.382	6.239	4.934
TOTAL	3.382	6.239	4.934

5 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos passivos próprios encontram-se registrados em contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

A estratégia de hedge da Instituição visa proteger o risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02.

A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, bem como os testes de efetividade, estão documentados e confirmam que os derivativos são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior.

Em 31 de dezembro de 2018, a Instituição tinha apenas operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira. Tais operações foram designadas como hedge contábil de risco de mercado e foram realizadas no mercado de balcão, com instituições financeiras não ligadas.

a. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador:

2018

Descrição	Indexador	Notional	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Swap (ponta ativa)	EUR	1.252.527	1.323.854	1.318.144	(5.710)
Swap (ponta passiva)	PRÉ	1.252.527	1.288.343	1.296.149	(7.806)
Diferencial a receber/ (a pagar)					(13.516)

2017

Descrição	Indexador	Notional	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Swap (ponta ativa)	EUR	947.965	1.025.405	1.022.917	(2.488)
Swap (ponta passiva)	PRÉ	947.965	982.248	990.878	(8.630)
Diferencial a receber/ (a pagar)					(11.118)

Vencimentos - Valor Mercado - 2018

Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Swap (ponta ativa)	EUR	849.621	468.523	-	1.318.144
Swap (ponta passiva)	PRÉ	815.036	481.113	-	1.296.149

Vencimentos - Valor Mercado - 2017

Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Swap (ponta ativa)	EUR	839.308	183.609	-	1.022.917
Swap (ponta passiva)	PRÉ	811.917	178.961	-	990.878

b. Avaliação a valor de mercado:

Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Swap, designadas instrumentos de “hedge”, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02.

2018

Análise de Efetividade do Hedge					
Descrição	Exposição	Principal	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Swap (ponta ativa)	EUR	1.252.527	1.323.854	1.318.144	5.710
Captação	EUR	1.252.527	(1.323.854)	(1.318.144)	(5.710)
					100%

2017

Análise de Efetividade do Hedge					
Descrição	Exposição	Principal	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Swap (ponta ativa)	EUR	947.965	1.025.405	1.022.917	2.488
Captação	EUR	947.965	(1.025.405)	(1.022.917)	(2.488)
					100%

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	2o.Sem.18	2018	2017
Rendas com operações de SWAP	231.932	363.939	119.140
Despesas com operações de SWAP	(294.551)	(331.254)	(73.218)
	(62.619)	32.685	45.922

d. Composição do diferencial a receber/(pagar):

	2018		
	Valor original	Valor de curva	Valor de mercado
Posição ativa	1.252.527	1.323.854	1.318.144
Euro	1.252.527	1.323.854	1.318.144
Posição passiva	1.252.527	1.288.343	1.296.149
Pré-fixado	1.252.527	1.288.343	1.296.149
Diferencial líquido	-	35.511	21.995

	2017		
	Valor original	Valor de curva	Valor de mercado
Posição ativa	947.965	1.025.405	1.022.917
Euro	947.965	1.025.405	1.022.917
Posição passiva	947.965	982.248	990.878
Pré-fixado	947.965	982.248	990.878
Diferencial líquido	-	43.157	32.039

6 Operações de crédito

A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão de créditos de liquidação duvidosa.

A classificação das operações deve ser amparada na análise periódica do cliente e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração, pontualidade e atrasos nos pagamentos.

a. Composição da carteira de crédito por segmento econômico e nível de risco:

2018							
Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão
AA	97	285	1.820	24.646	26.848	0,00%	-
A	28.601	42.017	89.465	450.872	610.955	0,50%	3.055
B	16.479	249.497	62.073	198.065	526.114	1,00%	5.261
C	2.523	228.350	12.478	114.112	357.463	3,00%	10.724
D	-	42.494	933	2.898	46.325	10,00%	4.633
E	292	237	507	4.506	5.542	30,00%	1.663
F	-	-	826	938	1.764	50,00%	882
G	124	-	515	763	1.402	70,00%	980
H	39	229	742	5.584	6.594	100,00%	6.594
Total	48.155	563.109	169.359	802.384	1.583.007		33.792

2017							
Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão
AA	212	1.860	4.061	251.700	257.833	0,00%	-
A	15.101	134.334	52.654	307.961	510.050	0,50%	2.550
B	7.073	78.073	33.884	158.020	277.050	1,00%	2.771
C	7.716	173.264	28.966	25.117	235.063	3,00%	7.052
D	5.783	87.623	31.839	12.637	137.882	10,00%	13.788
E	44	93.596	3.839	5.825	103.304	30,00%	30.990
F	-	68	358	1.942	2.368	50,00%	1.184
G	337	361	76	1.806	2.580	70,00%	1.806
H	48	313	2.289	5.847	8.497	100,00%	8.497
Total	36.314	569.492	157.966	770.855	1.534.627		68.638

b. Composição da carteira de crédito por vencimento:

Parcelas em curso normal:	2018			
	CDC	F.PLAN	EMPRÉSTIMO	TOTAL
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	138.604	75.134	-	213.738
De 91 até 360 dias	376.772	461.898	-	838.670

Acima de 360 dias	524.856	-	-	524.856
Subtotal	1.040.232	537.032	-	1.577.264
Parcelas vencidas:				
De 15 a 180 dias	4.459	-	-	4.459
De 180 a 360 dias	1.284	-	-	1.284
Subtotal	5.743	-	-	5.743
Total	1.045.975	537.032	-	1.583.007
2017				
Parcelas em curso normal:	CDC	F.PLAN	EMPRÉSTIMO	TOTAL
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	147.618	125.497	7.015	280.130
De 91 até 360 dias	379.208	402.273	-	781.481
Acima de 360 dias	463.814	-	-	463.814
Subtotal	990.640	527.770	7.015	1.525.425
Parcelas vencidas:				
De 15 a 180 dias	6.018	-	-	6.018
De 180 a 360 dias	3.184	-	-	3.184
Subtotal	9.202	-	-	9.202
Total	999.842	527.770	7.015	1.534.627

c. Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:

	CDC	F.PLAN	EMPRÉSTIMO	TOTAL
Saldo em 31/12/2016	28.177	36.119	2.116	66.412
Constituições	14.098	24.323	8	38.429
Reversões	(589)	(15.321)	(20)	(15.930)
Baixas	(15.281)	(4.992)	-	(20.273)
Saldo em 31/12/2017	26.405	40.129	2.104	68.638
Saldo em 31/12/2017	26.405	40.129	2.104	68.638
Constituições	11.502	6.928	3	18.433
Reversões	(3.709)	(33.538)	(2.107)	(39.354)
Baixas	(13.925)	-	-	(13.925)
Saldo em 31/12/2018	20.273	13.519	-	33.792
Saldo em 30/06/2018	19.556	10.472	-	30.028
Constituições	5.794	3.613	-	9.407
Reversões	1.619	(566)	-	1.053
Baixas	(6.696)	-	-	(6.696)
Saldo em 31/12/2018	20.273	13.519	-	33.792
	2o.Semestre	2018	2017	
Baixas para prejuízo	(5.076)	(12.305)	(20.273)	
Renegociações CDC	21.706	42.045	68.242	
Recuperações	2.533	5.825	3.356	

d. Concentração dos maiores devedores:

	2018		2017	
10 maiores clientes	335.514	21,19%	323.222	21,06%
50 seguintes maiores clientes	227.876	14,40%	239.452	15,60%
100 seguintes maiores clientes	43.158	2,73%	37.875	2,47%
Demais clientes	976.459	61,68%	934.078	60,87%
TOTAL	1.583.007	100,00%	1.534.627	100,00%

e. Resultado de operações de crédito:

	2o.Sem.18	2018	2017
Rendas com operações de "CDC"	83.068	169.453	184.534
Rendas com operações de "Floorplan"	26.122	52.682	73.197
Rendas com empréstimos	-	382	1.362
Recuperações de créditos	2.533	5.825	3.356
TOTAL	111.723	228.342	262.449

7 Operações de arrendamento mercantil

A classificação das operações de arrendamento mercantil, bem como as regras para constituição da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, obedece aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do cliente e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, o grau de endividamento, a capacidade de geração de resultados, o fluxo de caixa, a administração, a pontualidade e os atrasos nos pagamentos.

a. Composição da carteira de arrendamento mercantil por segmento econômico e nível de risco:

2018							
Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão
AA	-	-	-	3	3	0,00%	-
A	70	-	190	4	264	0,50%	1
B	-	22	325	208	555	1,00%	6
C	-	-	-	193	193	3,00%	6
D	-	61	-	93	154	10,00%	15
Total	70	83	515	501	1.169		28

2017							
Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão
AA	-	69	33	-	102	0,00%	-
A	-	52	65	641	758	0,50%	4

B	-	25	-	47	72	1,00%	1
C	-	35	236	26	297	3,00%	9
D	153	85	652	104	994	10,00%	99
E	-	174	66	-	240	30,00%	72
Total	153	440	1.052	818	2.463		185

b. Composição da carteira de arrendamento mercantil por vencimento:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Parcelas em curso normal:		
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	243	466
De 91 até 360 dias	466	840
Acima de 360 dias	460	1157
Subtotal	1.169	2.463
Total	1.169	2.463

c. Movimentação da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:

Saldo em 31/12/2016	418
Constituições	88
Reversões	(277)
Baixas	(44)
Saldo em 31/12/2017	185
Saldo em 31/12/2017	185
Constituições	8
Reversões	(165)
Baixas	-
Saldo em 31/12/2018	28
Saldo em 30/06/2018	34
Constituições	6
Reversões	(11)
Baixas	-
Saldo em 31/12/2018	28

	<u>2o.Semestre</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Baixas para prejuízo	-	-	(44)
Recuperações	1	1	47

d. Concentração dos maiores devedores:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
10 maiores clientes	1.089	93,16%	1.815	73,69%
50 seguintes maiores clientes	80	6,84%	648	26,31%
TOTAL	1.169	100,00%	2.463	100,00%

e. Receitas de operações de arrendamento mercantil:

	2o.Sem.18	2018	2017
Rendas com contraprestações	1.258	2.678	4.255
Lucro na alienação de bens arrendados	3	4	3
Superveniência/(-) Insuficiência de depreciação	(454)	(814)	(1.188)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	1	1	47
Subtotal	808	1.869	3.117
Depreciação de Bens Arrendados	(674)	(1.520)	(2.391)
Subtotal	(674)	(1.520)	(2.391)
TOTAL	134	349	726

8 Imobilizado de arrendamento e perdas em arrendamento a amortizar

Visando atender ao regime de competência, a Sociedade reverteu a provisão para superveniência de depreciação, durante o exercício de 2018, no valor de R\$ 813 (R\$ 1.188 em 31 de dezembro de 2017), equivalente ao ajuste a valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 2.609 (R\$ 3.423 em 31 de dezembro de 2017) e gerou, no exercício de 2018, uma reversão na provisão para imposto de renda diferido de R\$ 204 (R\$ 297 em 31 de dezembro de 2017). O imposto de renda diferido é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

	2018	2017
Bens arrendados		
Máquinas e equipamentos	275	570
Veículos e afins	4.652	7.368
Superveniência de depreciação	2.609	3.423
Subtotal	7.536	11.361
Depreciações acumuladas e superveniência de depreciação		
Perdas em arrendamento a amortizar	-	2
Depreciações e amortizações acumuladas	(2.455)	(3.209)
Subtotal	(2.455)	(3.207)
Total	5.081	8.154

9 Depósitos

a. Interfinanceiros

Referem-se às captações de recursos com instituições financeiras, porém, em 31 de dezembro de 2018 não há saldo.

b. A prazo

Referem-se às captações de recursos com a BMW do Brasil Ltda. e concessionárias BMW, com vencimento até agosto/2019, a taxas pós-fixadas que variam de 92% a 100% do CDI (101% do CDI e pré-fixadas que variam entre 6,82% e 8,05% em 31 de dezembro de 2017).

c. Composição da carteira de depósitos:

Depósitos Interfinanceiros:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vencimentos até 90 dias	-	51.191
De 91 até 360 dias	-	62.224
Total	-	113.415

Depósitos a Prazo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vencimentos até 90 dias	16.200	52.591
De 91 até 360 dias	831	55.788
Total	17.031	108.379

Total geral	17.031	221.794
--------------------	---------------	----------------

d. Despesas com captação no mercado:

	<u>2o.Sem.18</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas de depósitos interfinanceiros	-	(4.372)	(51.202)
Despesas de depósitos a prazo	(477)	(2.167)	(6.933)
Total	(477)	(6.539)	(58.135)

10 Obrigações por empréstimos e repasses

Referem-se às captações no exterior provenientes das entidades na Holanda – BMW Holding B.V. e BMW Finance N.V e, na Espanha - BMW España Finance. As captações tem como último vencimento outubro/2020, com indexadores em Euro e com taxas pré-fixadas que variam entre 0,074% a 0,394% ao ano. As taxas praticadas estão de acordo com a política do Grupo, que utiliza ferramentas próprias de precificação com base no mercado internacional, e respeitam os preceitos exigidos para fins locais.

2018					
Captação Moeda Estrangeira					
Descrição	Indexador	Principal	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Captação	EUR	1.252.527	(1.323.854)	(1.318.144)	5.710
2017					
Captação Moeda Estrangeira					
Descrição	Indexador	Principal	Curva	Mercado	Ajuste MtM
Captação	EUR	947.965	(1.025.405)	(1.022.917)	2.488

11 Resultado de exercícios futuros

É constituído pela equalização (subsídio) de taxas nas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor – CDC e Leasing Financeiro, recebidas da BMW do Brasil e suas revendas, apropriado pelo prazo e taxa de cada contrato.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias, sem valor nominal:

- a) BMW Financeira S.A.: 148.636.517
- b) BMW Leasing do Brasil S.A.: 27.079.140
- c) BMW Acquisitions Ltda.: 41.017.952

BMW Financeira S.A e BMW Leasing do Brasil S.A:

Em 16 de abril de 2018 foi realizada Assembleia Geral Ordinária que tratou de: (a) Aprovar, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (b) Consignar que não haverá distribuição de dividendos aos acionistas; (c) Reeleger a Diretoria para o presente exercício social, mantendo-se a mesma remuneração do exercício anterior

A documentação foi apresentada ao Banco Central do Brasil em 25 de abril de 2018 e homologada em 3 de julho de 2018.

b. Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, conforme Estatuto Social, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela Sociedade.

Aos acionistas da BMW Acquisitions Ltda., a Instituição poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período, podendo eventual lucro, por deliberação dos sócios, ser distribuído aos sócios ou capitalizado.

c. Reservas

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória.

Reservas especiais de lucros

Referem-se aos lucros que deixaram de ser distribuídos aos acionistas.

De acordo com a legislação em vigor, o saldo em Reservas de Lucros, exceto para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o Capital Social.

Atingido esse limite, à Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

d. Participação de não controladores

Refere-se às participações de acionistas não controladores no patrimônio líquido das entidades controladas.

13 Imposto de renda e contribuição social

Em 21 de maio de 2015 foi editada a Medida Provisória (MP) nº 675 aumentando a alíquota da Contribuição Social das Instituições Financeiras e outras entidades de 15% para 20%.

Em 6 de outubro de 2015 ocorreu a conversão da MP em Lei através da publicação da Lei 13.169.

A alíquota de 20% será aplicada até 31 de dezembro de 2018, conforme definido no artigo 1º da referida norma.

a. Imposto de renda e contribuição social – valores correntes e diferidos:

	Conglomerado prudencial Acumulado 2018		Conglomerado prudencial Acumulado 2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	97.678	97.678	47.730	47.730
Adições/(-) Exclusões permanentes:	1.730	990	3.473	2.876
Adições/(-) Exclusões temporárias:				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(29.082)	(29.082)	2.215	2.215
Superveniência de depreciação	813	-	1.188	-
Provisões operacionais	512	512	1.173	1.173
Prejuízos em operações de crédito	(1)	(1)	15.487	15.487
Marcação a mercado - Swap	(824)	(824)	6.982	6.982
Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	1.323	1.323	3.280	3.280
Base de cálculo	72.149	70.596	81.528	79.743
Compensação de prejuízo fiscal	(973)	-	(1.530)	-
Base de cálculo	71.176	70.596	79.998	79.743
Alíquota (IR 15%)	(10.679)	-	(12.000)	-
Adicional (IR 10%)	(7.071)	-	(7.959)	-
Alíquota (CS 20%)	-	(14.122)	-	(15.953)
Provisão para IR diferido	203	-	297	-
Benefício PAT/Exercícios anteriores	91	(46)	139	-
Ativo fiscal diferido	(7.262)	(10.167)	7.648	6.117
Efeito do IR e CS no resultado	(24.718)	(24.335)	(11.875)	(9.836)

b. Movimentação do ativo fiscal diferido:

	Saldo em 31/12/2017	Constituições	(-) Reversões/	Saldo em 31/12/2018
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	43.300	2.528	(19.361)	26.467
Outras (contingências e provisões operacionais)	8.995	5.989	(6.585)	8.398
Total	52.295	8.516	(25.946)	34.865

	Saldo em 31/12/2016	Adição	(-) Baixa	Saldo em 31/12/2017
Resultado de exercícios futuros	-	-	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	34.863	14.421	(5.805)	43.300
Outras (contingências e provisões operacionais)	3.848	6.981	(1.832)	8.995
Total	38.531	21.402	(7.637)	52.295

c. Movimentação do passivo fiscal diferido:

	Saldo em 31/12/2017	(-) Constituições	Reversões/ Utilizações	Saldo em 31/12/2018
Superveniência de depreciação	(855)	(108)	310	(653)
Total	(855)	(108)	310	(653)

	Saldo em 31/12/2016	(-) Constituições	Reversões/ Utilizações	Saldo em 31/12/2017
Superveniência de depreciação	(1.153)	(140)	438	(855)
Total	(1.153)	(140)	438	(855)

A Administração referendou o estudo técnico dos créditos tributários para BMW Financeira S.A. e BMW Leasing do Brasil S.A., em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.059/02 e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.355/06 do Banco Central do Brasil.

Os créditos tributários foram constituídos sobre diferenças temporárias e, com base no estudo supracitado, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários.

O valor presente dos créditos tributários, líquido do passivo diferido, constituído na data do balanço, calculado com base na taxa Selic projetada é de R\$ 31.884 (R\$ 45.457 em 31 de dezembro de 2017). O valor atual dos créditos tributários, líquido de passivo diferido é de R\$ 34.212 (R\$ 51.440 em 31 de dezembro de 2017).

A expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	Crédito Tributário		Passivo Diferido	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2019	12.041	11.315	(342)	(321)
Em 2020	6.399	5.937	(89)	(82)
Em 2021	3.173	2.945	(140)	(130)
Em 2022	5.931	5.503	(82)	(76)
Em 2023	7.321	6.793	-	-
Total	34.865	32.493	(653)	(609)

14 Passivos contingentes

Os passivos contingentes são registrados nos livros contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, forem considerados riscos de perda de uma ação judicial ou administrativa, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança

a. Depósitos judiciais:

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes e estão representados da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
Interposição de recursos trabalhistas	1.093	131
Interposição de recursos fiscais	401	388
Outros	57	52
Total	1.551	571

b. Contingências cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório, medidas cautelares, ações de obrigação de fazer, declaratórias ou revisional de cláusulas contratuais, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão.

c. Contingências trabalhistas:

São ações judiciais que visam o pagamento de verbas pleiteadas por colaboradores da empresa – empregados ou não - em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão.

d. Contingências fiscais:

Com relação à BMW Leasing do Brasil S.A, a Sociedade possui processos de natureza tributária em andamento, relativos a discussões de demandas administrativas e judiciais frente a vários municípios, que exigem que o recolhimento do ISS incidente sobre as receitas de operações de leasing, por entenderem que são prestadas naquelas localidades, ao invés do local da sede da prestadora.

Em 2013, foi proferida decisão pelo STJ, em ação que discutia exatamente o local de ocorrência do fato gerador nas operações de leasing (estabelecimento prestador x local de entrega do bem e finalização do contrato) na qual entendeu-se que o ISS nestas operações incidiria no local da sede da empresa. Assim, as execuções Fiscais que versavam sobre recolhimento de ISS em outros Municípios passaram a possuir, a partir de tal decisão, probabilidade de perda remota, motivo pelo qual, não há mais saldos relativos às causas de ISS provisionados na data de 31 de dezembro de 2018.

Com o advento da Lei Complementar (LC) 157/2016, o tema está em discussão, visto que esta LC versa exatamente o contrário da decisão acima mencionada, ou seja, que a incidência se daria no local de entrega do bem e finalização do contrato. Ainda não há orientação jurídica sobre a influência da referida LC nas ações pendentes, o que poderá – ou não – alterar os próximos contingenciamentos, que serão mantidos em possibilidade de perda remota para exercício, haja vista o entendimento de que o princípio da segurança jurídica impediria que a LC retroagisse a fatos passados.

e. Contingências passivas e obrigações legais:

Os passivos contingentes mencionados nos itens anteriores tratam-se das ações movidas contra a empresa e/ou que possuem algum tipo de pleito contrário à mesma.

Os passivos classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados.

Provisão para passivos contingentes:				
	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2017	(449)	(388)	(4.661)	(5.498)
(-) Constituições	(1.104)	(13)	(1.640)	(2.757)
Reversões	893	-	525	1.418
Saldo em 31/12/20218	(660)	(401)	(5.776)	(6.837)

Provisão para passivos contingentes:				
	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2016	(493)	(366)	(1.333)	(2.192)
(-) Constituições	(500)	(22)	(4.126)	(4.648)
Reversões	544	-	798	1.342
Saldo em 31/12/2017	(449)	(388)	(4.661)	(5.498)

f. Resumo de passivos contingentes, causas classificadas como possíveis:

	2018		2017	
	Causas possíveis		Causas possíveis	
	Quantidade de processos	Montante R\$	Quantidade de processos	Montante R\$
Cíveis	36	4.179	36	2.184
Trabalhistas	3	164	4	816
Fiscais	4	1.001	3	96
Total	43	5.344	43	3.096

15 Partes relacionadas

As operações das Sociedades são conduzidas levando em consideração a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, sendo estas divulgadas de acordo com o CPC 05 homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.

O controlador da BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é BMW España Finance, S.L.

O controlador indireto da BMW Leasing do Brasil S.A. – AM é a BMW España Finance, S.L. através da BMW Acquisitions Ltda (controlador direto).

a. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos mantidos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser demonstrados da seguinte forma:

	BMW Financeira S.A. - CFI			
	2018 - Acumulado		2017 - Acumulado	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
BMW do Brasil Ltda.				
Outros créditos - diversos	839	-	-	-
Equalizações a receber	4.240	-	13.288	-
Depósitos a prazo	(831)	-	(108.379)	(6.815)
Outras obrigações – diversas	(761)	(3.902)	(814)	(4.359)
BMW Holding B.V, BMW Espanha e BMW Finance N.V.				
Empréstimos em moeda estrangeira	(1.323.854)	(116.701)	(1.025.405)	(106.781)
BMW AG				
Outras obrigações – diversas	(85)	(1.707)	(245)	(1.264)
BMW North America				
Outras obrigações – diversas	(51)	(1.933)	-	(1.085)

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos em condições que não sejam compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa para prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações concedidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições, ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas com participação societária qualificada em seu capital;
- Pessoas jurídicas: a) com participação qualificada em seu capital; b) em cujo capital, direta ou indiretamente, haja participação societária qualificada; c) nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e d) que possuem diretor ou membro de conselho de administração em comum.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

Em Assembleia Geral dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima agregada para os Diretores membros da Diretoria Executiva.

Salários e honorários da Administração	2o.Sem.18	2018	2017
Remuneração da administração	3.129	5.191	3.113

A BMW Financeira não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração.

16 Outras informações

a. Resumo da Descrição da Estrutura Integrada de Gerenciamento de Riscos:

O Departamento de Riscos da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento e da BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil, é responsável pelo gerenciamento integrado dos riscos de crédito, de mercado e IRRBB (variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária), operacional e liquidez, seguindo a norma vigente do Banco Central do Brasil referente Gestão Integrada de Riscos - Resolução 4.557/2017. A Instituição adota uma política conservadora em termos de exposição a riscos, sendo as diretrizes e os limites definidos pela sua Alta Administração, em conjunto com as normas do Grupo BMW, vide descrição no site da Instituição disponível na internet.

A BMW Serviços Financeiros gerencia os riscos de forma integrada respeitando o grau de exposição aos riscos (Apetite por Riscos) na qual a empresa está exposta para assim alcançar os objetivos estratégicos da mesma.

O departamento de Riscos da BMW Serviços Financeiros possui processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos, para assim atender a Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 em consonância com o escopo e complexidade de suas operações.

b. Risco de crédito

Em cumprimento aos requerimentos de Basileia, bem como disposições da Resolução nº 3.721/09 e suas alterações, relatamos as informações sobre o gerenciamento de Risco de Crédito das empresas BMW Financeira S.A. - CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto “BMW Serviços Financeiros”.

A BMW Serviços Financeiros desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito com o apoio de sua área de negócios, responsável por garantir que haja adequada validação dos sistemas e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito, bem como seu monitoramento.

Além disso, a Instituição estabelece provisões de risco de crédito adequadas ao grau de risco. Não obstante, monitora os valores das garantias contratuais e o comportamento da carteira.

c. Risco operacional

A empresa mantém política corporativa, específica, de acordo com os requerimentos de Basileia, bem como com a Resolução nº 3.380/06 e suas alterações. Desta forma, a estrutura de gerenciamento de risco operacional visa monitorar e mitigar os riscos da empresa.

O comitê de risco tem como principais responsabilidades sugerir limites de tolerância da organização quanto à exposição ao risco, assim como implementar as estratégias, plano de ação e políticas aprovadas pelos membros executivos do Comitê Interno e legislações vigentes. Vale ressaltar que o Comitê de Risco da BMW Serviços Financeiros é composto pelos seguintes membros permanentes:

- CEO/Diretor Presidente ou seu substituto;
- CFO (Chief Financial Officer) ou seu substituto;
- CRO (Chief Risk Officer) ou seu substituto;

Demais participantes do Comitê de Riscos:

- CSO (Chief Sales Officer) ou seu substituto;
- COO (Chief Operating Officer) ou seu substituto;
- Gerente Sênior de Riscos ou seu substituto.
- Gerente de Compliance

d. Risco de Mercado, Liquidez e Variação de Taxas de Juros (IRBB)

A BMW Serviços Financeiros considera que um controle de risco de mercado rigoroso é um fator estratégico de bom desempenho, implementando as políticas de Gestão de Riscos de Mercado, Liquidez e Variação de Taxas de Juros (IRBB), consoante às Resoluções nº 4.557/2017 e suas alterações.

Os limites de liquidez e de risco de taxa de juros são definidos pela matriz da empresa e apresentados mensalmente no Comitê de Risco. A política é revisada internamente, a qualquer momento e sempre que se fizer necessária, para incorporar mudanças estruturais no mercado e novos avanços na gestão de risco ou em mudanças regulamentares referentes ao assunto em questão.

e. Implementação da Resolução 4.557/17

Em 23/02/2017, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução 4.557 que dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital em até 360 dias após sua publicação. Prazo este para implantação, válido para o segmento S4, o qual a BMW Serviços Financeiros se enquadra.

A BMW Serviços Financeiros possui estrutura de Riscos capaz de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos conforme a Resolução 4.557/17 considerando a natureza e a complexidade de suas operações, alinhados com as políticas e estratégias da instituição e em conformidade com os limites de riscos estabelecidos no documento RAS (Declaração de Apetite por Riscos).

f. Patrimônio líquido exigido

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a BMW Serviços Financeiros, encontra-se enquadrada no limite mínimo de patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/94 e legislações complementares.

O índice da Basileia, apurado de forma consolidada pela BMW Serviços Financeiros, conforme as Resoluções nº. 4.192/13 e 4.193/13, em 31 de dezembro de 2018 é de 19,47% (17,39% em 31 de dezembro de 2017).

Conforme apresentado abaixo:

Índice de Basileia III	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	322.901	276.109
PR Mínimo para RWA	143.039	146.876
Margem Patrimônio de Referência - sem RBAN	179.862	129.233
IB - Índice da Basileia	19,47%	17,39%
Valor Correspondente ao RBAN	38.316	53.204
Margem Patrimônio de Referência - com RBAN	141.546	76.029

g. Gestão de Capital

Em cumprimento às disposições da Resolução nº 4.557/2017 e suas alterações, relatamos as informações sobre o gerenciamento de Risco de Capital das empresas BMW Financeira S.A. - CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto “BMW Serviços Financeiros”.

A BMW Serviços Financeiros desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Capital com o apoio de sua área de negócios, visando manter o capital em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada em conjunto com a matriz. Para tanto, são utilizadas informações oriundas de metodologias oficiais de planejamento do Grupo BMW, garantindo o processo e a produção das informações de suporte ao gerenciamento de capital.

h. Composição do valor presente dos contratos de arrendamento:

	2018	2017
Arrendamentos a receber, líquidos das rendas a apropriar	2	8
Imobilizado de arrendamento	5.081	8.154
Credores por antecipação de valor residual	(3.894)	(5.674)
Antecipações de contraprestação	(20)	(25)
Valor presente dos contratos de arrendamento	1.169	2.463

i. Outros créditos – diversos:

	2018	2017
Créditos tributários	34.865	52.296
Impostos a compensar	3.161	3.129
Devedores por depósitos em garantia	1.551	571
Taxas de equalizações	7.018	13.288
IOF a receber	869	701
Valores a receber - ligadas	871	-
Créditos - disponibilização bancária	-	928
Diversas	1.385	934
Total	49.720	71.847
Circulante	25.056	50.047
Longo Prazo	24.664	21.800
Total	49.720	71.847

j. Outras obrigações – diversas:

	2018	2017
Contratos a desembolsar	29	206
Passivos contingentes cíveis e trabalhistas	6.837	5.498
Provisões para pagamentos a efetuar	11.135	10.321
Valores a pagar - expatriados	-	99
Recebimentos a processar	5.050	-
Diversas	809	1.315
Total	23.860	17.439
Circulante	16.329	11.959
Longo Prazo	7.531	5.480
Total	23.860	17.439

k. Despesas tributárias:

	2o.Sem.2018	2018	2017
COFINS	(1.832)	(2.876)	(3.661)
ISS	(190)	(363)	(387)
PIS	(298)	(468)	(595)
IOF	-	(13)	(2.053)
Tributos importação	(1.076)	(1.466)	(1.442)
Outros tributos	-	(38)	(54)
Total	(3.396)	(5.224)	(8.192)

l. Outras despesas administrativas:

	2o.Sem.2018	2018	2017
Despesas de serviços técnicos especializados	(2.884)	(4.405)	(5.258)
Despesas de processamento de dados	(3.770)	(5.640)	(6.124)
Despesas de serviços de terceiros	(2.002)	(4.266)	(3.955)
Despesas de aluguéis	(590)	(1.174)	(1.162)
Despesas de promoções e relações públicas	(1.669)	(2.167)	(1.927)
Despesas de propaganda e publicidade	(620)	(1.293)	(1.205)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(441)	(721)	(443)
Despesas de comunicações	(137)	(319)	(451)
Despesas com cobrança	(716)	(1.493)	(2.076)
Despesas de viagem	(245)	(609)	(907)
Despesas de publicações	(18)	(114)	(118)
Outras despesas administrativas	(491)	(1.254)	(993)
Total	(13.583)	(23.455)	(24.619)

m. Outras despesas operacionais:

	2o.Sem.2018	2018	2017
Despesas com comissões e premiações	(10.840)	(20.682)	(16.809)
Despesas com provisão para contingências	(263)	(1.301)	(3.274)
Despesas com indenizações	(584)	(978)	(293)
Outras despesas com provisão	(527)	(586)	(212)
Despesas com liquidações antecipadas	(3.444)	(6.435)	(6.951)
Despesas com subsídio e desconto BMW do Brasil Ltda	(135)	(440)	(2.004)
Outras despesas operacionais	(322)	(638)	(721)
Total	(16.115)	(31.060)	(30.264)

n. Rendas por prestação de serviços e tarifas bancárias:

	2o.Sem.2018	2018	2017
Receita com taxa de cadastro	3.437	6.715	6.617
Receita de prestação de serviços diferenciados	73	131	59
Receita de outros serviços	-	-	616
Total	3.510	6.846	7.292

o. Outras receitas operacionais:

	2o.Sem.2018	2018	2017
Outras reversões de provisão	-	-	999
Receitas de acordos operacionais	844	1.381	1.522
Outras receitas operacionais	188	203	2.330
Total	1.032	1.584	4.851

*

DIRETORIA

Mario Andreas Janssen – Diretor

Marco Rivieri – Diretor

**

Thais Andrade Costa
Contadora
CRC 1SP269365/O-8